

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

Estados Unidos da América : eleições para o congresso de 8 de Novembro de 1994

<http://hdl.handle.net/11067/4996>

<https://doi.org/10.34628/q9s6-4z72>

Metadados

Data de Publicação	1995
Palavras Chave	Eleições - Estados Unidos
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, n. 02 (1995)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-28T20:31:49Z com informação proveniente do Repositório

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ELEIÇÕES PARA O CONGRESSO
DE 8 DE NOVEMBRO DE 1994

SENADO: 100 SENADORES						
Composição anterior:		Democratas — 56			Republicanos — 44	
Actual:		Democratas — 47			Republicanos — 53	
ESTADO	P. Republicano	%	P. Democra	%	Outros	%
Arizona	*	53	—	40	—	7
Califórnia	—	45	*	47	—	9
Connecticut	—	31	*	67	—	2
Delaware	*	56	—	42	—	2
Florida	*	70	—	30	—	0
Hawai	—	24	*	72	—	4
Indiana	*	67	—	31	—	2
Maine	*	60	—	36	—	3
Maryland	—	41	*	59	—	0
Massachusetts	—	41	*	58	—	1
Michigan	*	52	—	43	—	5
Minnesota	*	49	—	44	—	7
Mississippi	*	69	—	31	—	0
Missouri	*	60	—	36	—	5
Montana	*	62	—	38	—	0
Nebraska	—	45	*	55	—	0
Nevada	—	41	*	51	—	8
New Jersey	—	47	*	50	—	3
New Mexico	—	46	*	54	—	0
New York	—	42	*	55	—	3
North Dakota	—	42	*	58	—	0
Ohio	*	53	—	39	—	8
Oklahoma	*	55	—	40	—	5
Pennsylvania	*	49	—	47	—	4
Rhode Island	*	64	—	36	—	0
Tennessee 1 ⁽¹⁾	*	56	—	42	—	2
Tennessee 2	*	61	—	39	—	0
Texas	*	61	—	38	—	1
Utah	*	69	—	28	—	3
Vermont	*	50	—	41	—	9
Virginia	—	43	*	46	—	11
Washington	*	55	—	45	—	0
West Virginia	—	31	*	69	—	0
Wisconsin	—	41	*	58	—	1
Wyoming	*	59	—	40	—	2
Totais	21		14		0	

(1) O Estado do TENNESSEE elegeu os seus 2 senadores.

CÂMARA DE REPRESENTANTES: 435 LUGARES				
Composição anterior:		Republicanos: 178	Democratas: 256	Independentes: 1
Actual (estimativa)		Republicanos: 230	Democratas: 204	Independentes: 1
ESTADO	P. Republicano	P. Democrata	Outros/Indep.	
Alabama (7)	3	4	—	
Alaska (1)	1	—	—	
Arizona (6)	5	1	—	
Arkansas (4)	2	2	—	
Califórnia (52) *	24	26	—	
Colorado (6)	4	2	—	
Connecticut (6) *	3	2	—	
Delaware (1)	1	—	—	
Florida (23)	16	7	—	
Georgia (11)	7	4	—	
Hawaii (2)	—	2	—	
Idaho (2)	2	—	—	
Illinois (20)	10	10	—	
Indiana (10)	6	4	—	
Iowa (5)	5	—	—	
Kansas (4)	4	—	—	
Kentucky (6) *	4	1	—	
Louisiana (7)	3	4	—	
Maine (2) *	0	1	—	
Maryland (8)	4	4	—	
Massachusetts (10)	2	8	—	
Michigan (16) *	7	8	—	
Minnesota (8)	2	6	—	
Mississippi (5)	1	4	—	
Missouri (9)	3	6	—	
Montana (1)	—	1	—	
Nebraska (3)	3	—	—	
Nevada (2)	2	—	—	
New Hampshire (2)	2	—	—	
New Jersey (13)	8	5	—	
New Mexico (3)	2	1	—	
New York (31) *	14	16	—	
North Carolina (12)	8	4	—	
North Dakota (1)	—	1	—	
Ohio (19)	13	6	—	
Oklahoma (6)	5	1	—	
Oregon (5) *	1	2	—	
Pennsylvania (21)	10	11	—	
Rhode Island (2)	—	2	—	
South Carolina (6)	4	2	—	
South Dakota (1)	—	1	—	
Tennessee (9)	5	4	—	
Texas (30)	11	19	—	
Utah (3)	2	1	—	
Vermont (1)	—	—	1	
Virginia (11)	5	6	—	
Washington (9) *	5	2	—	
West Virginia (3)	—	3	—	
Wisconsin (9)	6	3	—	
Wyoming (1)	1	—	—	
<i>Totais</i>	226	197	1	

* Mandatos por atribuir.

FONTE: Embaixada dos E. U. A..

O Congresso norte-americano vê-se de dois em dois anos parcialmente alterado na sua composição, através da eleição dos 435 membros da Câmara dos Representantes e da renovação de 1/3 dos 100 senadores da Federação. Num e noutro caso, os representantes são eleitos pelo escrutínio maioritário a uma volta. Pelas características desta eleição, que ocorre a meio do mandato quadrienal do Presidente, e atento o papel liderante deste no sistema político americano (ver por todos MAURICE DUVERGER, *Institutions Politiques et Droit Constitutionnel*, Paris, 15.^a edição), o tema central que as “mid term elections” colocam é a da existência ou não de “coabitação política” entre o Presidente e o Congresso.

De qualquer forma, deve realçar-se que no dia 8 de Novembro de 1994, realizaram-se também eleições para Governadores dos Estados, respectivas câmaras legislativas e ainda numerosas consultas referendárias locais.

A questão da coabitação é abordada nos trabalhos politológicos ou jurídico-constitucionais sobre o sistema político norte-americano, em sede da separação de poderes, ainda que de forma esparsa e pouco desenvolvida. Com efeito o sistema de governo presidencial norte-americano, funda-se numa leitura original de MONTESQUIEU, consagrando uma separação de poderes, normalmente qualificada como rígida ou estrita, segundo a qual legislativo e executivo, poucas vezes se encontram. O executivo é irresponsável e o legislativo é indissolúvel.

Apesar da existência de algumas figuras institucionais que temperam, por assim dizer a rigidez da separação, como o veto presidencial ou o “impeachment”, a verdade é que cada um, Presidente e Congresso, têm as mãos livres no seu domínio. Acontece porém que, pese embora a consagração formal dessa separação, executivo e legislativo não podem viver sempre de costas voltadas, sobretudo quando as maiorias políticas que sustentam um e outro, não coincidem.

É aqui que a temática da “coabitação” costuma ser referida, como um factor suplementar que flexibiliza a rigidez da separação de poderes.

As eleições em análise, são quanto a esse tema significativas, dado que alteraram radicalmente a composição política quer do Senado, quer da Câmara dos Representantes. Num e noutro caso as maiorias do Partido Democrata, foram substituídas por maiorias do Partido Republicano, dentro do tradicional bipartidarismo perfeito que vem vigorando nos EUA há muitas décadas.

A vitória republicana, foi a vários títulos relevante:

- a) em termos absolutos os Republicanos ganharam 52 deputados na Câmara dos Representantes e 9 senadores;
- b) desde o biénio de 1947/48, que não se verificava a situação de coabitação entre um presidente Democrata e as duas câmaras republicanas (nesse biénio TRUMAN, governou com o que ele próprio apelidou de “do-nothing Congress”) (1);
- c) desde 1953 que os republicanos não obtinham a maioria dos lugares na Câmara dos Representantes;
- d) alguns dos mais significativos políticos do partido democrata, inclusive com projecção nacional, perderam os actos eleitorais onde se apresentaram (MARIO CUOMO, para Governador de Nova York, ANN RICHARDS, para Governadora do Texas ou THOMAS S. FOLEY, ”speaker” da Câmara dos Representantes, para membro desta câmara, este último com a particularidade de, desde 1860, o Presidente da Câmara dos Representantes ter sido sempre reeleito);
- e) nas eleições para Governadores dos Estados, realizadas no mesmo dia, os republicanos conquistaram 11 Governadores aos democratas, controlando agora os oito maiores Estados federados (com excepção da Flórida);

Em suma, as eleições em 8 de Novembro de 1994, confirmaram a regra da coabitação política, que nos últimos 50 anos tem sido dominante nos EUA, mas que, curiosamente, tem merecido menor atenção por parte da generalidade dos observadores.

A norma dessa coabitação tem sido, como se viu, a de um Presidente republicano com um Congresso democrata. Agora, verificou-se uma inversão desses papéis, com o Presidente democrata e o Congresso republicano. Uma situação rara, mas ainda assim não inédita.

(1) Note-se que vários presidentes republicanos governaram com maiorias democratas nas duas câmaras (EISENHOWER, 1955-61, NIXON, 1969-74, REAGAN, 1987-89 e BUSH, 1989-1992). Todavia, em todas estas situações os presidentes republicanos conseguiram fazer provar a legislação necessária para pôr em prática os seus programas políticos, através de alianças com os congressistas democratas da ala mais conservadora. Idêntica estratégia não surtiu efeito com TRUMAN, que fez mesmo do Congresso o alvo preferencial da sua bem sucedida campanha presidencial de 1949.

Ou seja, a separação de poderes horizontal, patente no sistema americano, encontra-se hoje, extremamente atenuada pelo funcionamento prático da coabitação. Esta, atentos os poderes das duas câmaras do Congresso, obriga a um acrescido esforço de negociação e alianças entre o executivo e o legislativo.

Regressando à concreta realidade política emergente das eleições em análise, é pacífico que as tarefas do presidente CLINTON, não se afiguram fáceis. A título de exemplo, note-se que para poder aprovar o Orçamento, ou qualquer medida legislativa tributária, CLINTON carece da maioria da Câmara dos Representantes. E, quanto ao Senado, basta pensar que este tem o poder de bloquear os tratados internacionais, como o pendente e multinacional “General Agreement on Tariffs and Trade” (GATT).

Saberá CLINTON cativar a sensibilidade republicana mais “à esquerda”, para levar a cabo as suas iniciativas legislativas, ou utilizará a “estratégia de TRUMAN de claro afrontamento ao Congresso, de forma a capitalizar para a sua reeleição, a moda “anti-classe política” que varre a América?

São questões que o futuro próximo dará resposta.

R.L.P.